



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DA UNIDADE EXECUTORA DO CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO

EMITENTE: CONTROLE CENTRAL INTERNO DO MUNICÍPIO DE MONTANHA

GESTOR: VIVIANE SILVA DOS SANTOS

CONTROLADOR: RAFAELA SANTIAGO DOS SANTOS

EXERCÍCIO: 2015

**EXERCÍCIO: ITEM 046 – Código: RELUCI da IN 34/2015
TABELA 6 DO ANEXO II DA IN 34/2015**



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988 e o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, esse órgão de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando principalmente:

I - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

II - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional. Considerando o universo a que se referem os pontos de controle apontados neste relatório, os procedimentos foram realizados por amostragem, utilizando-se técnicas de auditoria governamental aplicáveis a cada caso. A seguir apresentamos os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

DA ANÁLISE DOS PROCEDIMENTOS:

3.1 – Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária

3.1.1 – O Fundo Municipal de Saúde de Montanha estimou receitas e fixou despesas no montante de R\$ 11.066.000,00 (onze milhões, sessenta e seis mil reais), arrecadando o montante de R\$ 7.910.758,47 (sete milhões, novecentos e dez mil, setecentos e cinquenta e oito reais e quarenta e sete centavos) de repasse de recursos próprios da Saúde e R\$ 2.802.170,82 (dois milhões, oitocentos e dois mil, cento e setenta reais e oitenta e dois centavos) orçamentariamente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

De acordo com a Lei das Diretrizes Orçamentárias o município não efetivou qualquer ato que acarretasse nenhum tipo de renúncia de receita compreendida como incentivos fiscais, anistias, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, em atendendo ao disposto no art. 4º, § 2º, Inciso V, da LRF Lei de Responsabilidade Fiscal que viesse afetar a previsão de arrecadação do Fundo Municipal de Saúde de Montanha.

No que se refere ao cumprimento dos resultados esperados, tiveram como principal fato motivador, a pequena frustração na previsão de arrecadação de determinadas receitas vinculados à execução de determinadas despesas de projetos/atividades estabelecidas.

3.1.2 – Não se aplica, considerando que ao Fundo Municipal de Saúde de Montanha não possui Regime de Previdência Próprio.

3.1.3 – Através dos relatórios de despesa liquidada e paga relativo à contribuição patronal previdenciária, podemos constatar que o Fundo Municipal de Saúde de Montanha procedeu com o regular recolhimento em favor do INSS dos valores devidos, bem como das contribuições previdenciárias retidas dos servidores em folha de pagamento, inexistindo valores parcelados.

3.1.4 – As obrigações devidas pelo Fundo Municipal de Saúde de Montanha, estão sendo quitadas em consonância com o que estabelece os artigos 5º e 92 da Lei 8.666/93, bem como o artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil.

3.1.5 – O Fundo Municipal de Saúde em conjunto com a Prefeitura, adotou todas as medidas necessárias para compatibilizar a receita arrecadada à despesa realizada, fato este que possibilitou auferir um resultado superavitário na execução orçamentária do exercício, apesar da existência de superávit financeiro de exercícios anteriores que poderia ser utilizado para uma possível cobertura de déficit orçamentário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

3.1.6 – Todas as disponibilidades financeiras do Fundo Municipal de Saúde de Montanha foram e estão sendo movimentadas por meio de instituições financeiras oficiais sendo, elas o Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal e Banco do Estado do Espírito Santo S/A (Banestes).

3.1.7 – As retenções na fonte e o recolhimento de impostos, contribuições sociais e previdenciárias das pessoas jurídicas contratadas pelo Fundo Municipal de Saúde de Montanha foram retidas e recolhidas conforme o regime tributário de cada ente e dentro de sua competência, conforme podemos constatar da análise do demonstrativo da dívida flutuante.

3.1.8 e 3.1.9 – No que pese a estes dois itens, não foi possível emitir relatório ou avaliar se os registros contábeis foram realizados de acordo com as normas de contabilidade existentes, e se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio do Fundo Municipal de Saúde de Montanha, em virtude da Controladoria do município não possuir em seus quadros, profissional contábil que detenha conhecimentos técnicos suficientes para realizar tal análise pormenorizada.

3.1.10 – Todas as despesas realizadas pelo Fundo Municipal de Saúde de Montanha foram realizadas com emissão de prévio empenho, conforme dispositivo legal – Lei 4.320/1964, art. 60.

3.1.11 – Para a liquidação das despesas auferidas pelo Fundo Municipal de Saúde de Montanha foram verificados os documentos comprobatórios do direito adquirido pelo credor do seu respectivo crédito, conforme os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/1964.

3.1.12 – O pagamento das despesas realizadas pelo Fundo Municipal de Saúde de Montanha foram devidamente quitadas mediante sua regular liquidação anterior ou na



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

data de seu pagamento, mediante apresentação de toda a documentação exigida pela Lei Federal 8.666/93 e contrato de fornecimento e/ou prestação de serviços, todos atestados pelo fiscal e/ou responsável pelo contrato.

3.1.13 – A controladoria do município não pode analisar com requinte de detalhes, se houve desvio de finalidade na execução das despesas decorrentes de recursos vinculados, considerando que tal procedimento só seria possível mediante adoção de procedimentos de auditoria.

3.1.14 e 3.1.15 – A despesa com subvenção concedida pelo Fundo Municipal de Saúde de Montanha à entidades privadas estão devidamente prevista e autorizadas na LOA, LDO e em Lei Específica, e sua concessão obedeceu ao disposto no art. 16 da Lei Federal nº 4.320/1964.

3.2 – Gestão Patrimonial

3.2.1 – Conforme já relatado no item 3.1.6, todas as disponibilidades financeiras do Fundo Municipal de Saúde de Montanha foram depositadas em instituições financeiras oficiais, sendo elas Banco do Estado do Espírito Santo S/A (Banestes), Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal.

3.2.2 a 3.2.5 – Não foi analisado por não se aplicar ao Fundo Municipal de Saúde de Montanha, dada a ausência de Regime de Previdência Próprio.

3.2.6 e 3.2.7 – Não se aplica ao Fundo Municipal de Saúde, mas sim à Unidade Gestora Prefeitura.

3.2.8 – Não houve por parte do Fundo Municipal de Saúde de Montanha o cancelamento de passivos sem a comprovação do fato motivador, sendo que os restos a pagar foram



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

cancelados através de Decretos expedidos pelo Prefeito Municipal pelo fato dos contratos terem seu prazo de vigência expirado no exercício de 2015 e/ou a despesa inscrita não ter sido ainda processada.

3.2.9 – As demonstrações contábeis analisadas referentes aos bens móveis estão compatíveis com os inventários, sendo que os bens imóveis não estão sendo reavaliados a preços correntes, o que causa distorção quanto ao efetivo valor do patrimônio imobilizado do município.

3.2.10 – Da análise documental da Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Saúde de Montanha, bem como das informações prestadas pelo responsável do patrimônio, os arquivos em mídia por ela encaminhados, os registros analíticos de bens de caráter permanente, estão sendo realizados contendo as informações necessárias e suficientes para sua caracterização, identificação e localização, com indicação de responsáveis pela guarda e administração de cada bem.

3.3 Demais atos de Gestão

3.3.1 – Através de análise por amostragem de cargos e funções selecionados aleatoriamente pelo controle interno do município, foi constatado que as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e os cargos em comissão analisados, estão destinados apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento. Ocorre que para termos um levantamento preciso do item em questão, necessário se faz uma análise detalhada de todas as funções de confiança e cargos em comissão, o que não foi possível de ser efetuado, dado a carência de profissionais técnicos atuantes do controle interno do município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

3.3.2 – Da legislação analisada, não há percentual mínimo para cargos de provimentos em comissão para serem preenchidos por servidores de carreira.

3.3.6 – Dos cargos e funções analisados na administração do município, foi identificado que houve a devida segregação de funções e atividades. Ocorre que a análise não ocorreu com todos os cargos e funções do município, situação esta que, eventualmente, pode ocorrer em determinado setor do município que não foi objeto de análise.

3.3.7 – Todos os pagamentos com subsídios, vencimentos e vantagens pecuniárias foram realizados com base nos planos gerais de carreira do quadro geral, do magistério e da saúde e com base na Lei Orgânica Municipal e estrutura de cargos e salário do município.

3.3.8 – A Unidade Central de Controle Interno pôde emitir uma opinião no que trata esse item sobre as contratações por dispensa ou inexigibilidade do Fundo Municipal de Saúde de Montanha, pois a mesma só poderá se manifestar com uma análise mais profunda, adotando procedimentos de auditoria. Além disso, o quadro reduzido de pessoal desta Controladoria, inviabiliza a análise detalhada de todos os processos de dispensa.

TABELA 06 DA IN – 034/2015

3.1 Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária				
Código	Ponto de Controle	Base Legal	Procedimento	Visto¹
3.1.1	Renúncia de receitas – avaliação dos projetos	LC 101/2000, art. 1º, § 1º. Legislação específica.	Avaliar se os projetos ou atividades beneficiadas com incentivos fiscais estão sendo objeto de acompanhamento, avaliação de resultados e benefícios esperados em face das justificativas apresentadas para sua concessão.	SIM
3.1.2	Avaliação atuarial	Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I.	Avaliar se o Regime Próprio de Previdência Social realizou avaliação	



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

			atuarial inicial e têm realizado reavaliações atuariais em cada balanço, bem como, se têm realizado auditoria, através de entidades independentes legalmente habilitadas, utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios.	SIM
3.1.3	Contribuições previdenciárias – recolhimento	Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso II. pensionistas, para os seus respectivos regimes;	Avaliar se as contribuições previdenciárias (patronal e retida dos servidores) e os parcelamentos de débitos previdenciários estão sendo recolhidas regularmente. Avaliar se o registro contábil das contribuições dos servidores e do ente estatal está sendo realizado de forma individualizada.	SIM
3.1.4	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	SIM
3.1.5	Déficit orçamentário – medidas de contenção	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	SIM
3.1.6	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	SIM
3.1.7	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias	LC 116/2003, art. 6º. Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei 8.212/1991.	Avaliar se foram realizadas as retenções na fonte e o devido recolhimento, de impostos, contribuições sociais e contribuições previdenciárias, devidas pelas	SIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

			pessoas jurídicas contratadas pela administração pública.	
3.1.8	Registros contábeis – normas brasileiras de contabilidade	Resolução CFC nº 750/1993 c/c NBC-T 16	Avaliar se os registros e as demonstrações contábeis foram realizados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.	NÃO
3.1.9	Despesa – realização de despesas – irregularidades	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º	Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.	NÃO
3.1.10	Despesa – realização sem prévio empenho	Lei 4.320/1964, art. 60.	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	SIM
3.1.11	Despesa – liquidação	Lei 4.320/1964, art. 63.	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.	SIM
3.1.12	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Lei 4.320/1964, art. 62.	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	SIM
3.1.13	Despesa – desvio de Finalidade	LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único.	Avaliar se houve desvio de finalidade na execução das despesas decorrentes de recursos vinculados.	NÃO
3.1.14	Despesa – auxílios, contribuições e subvenções.	Legislação específica.	Avaliar se houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica.	SIM
3.1.15	Despesa – subvenção social.	Lei 4.320/1964, art. 16.	Avaliar se a concessão de subvenção social obedeceu o disposto no art. 16, da Lei Federal nº 4.320/1964, especialmente no que se refere o seu parágrafo único.	SIM
3.2 – Gestão Patrimonial				
3.2.1	Disponibilidades	LC 101/2000, art. 43 c/c	Avaliar se as disponibilidades	



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	financeiras – depósito e aplicação	§ 3º, do artigo 164 da CRFB/88	financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	SIM
3.2.2	Disponibilidades financeiras – RPPS – contas Específicas	LC 101/2000, art. 43, § 1º.	Avaliar se as disponibilidades financeiras do regime próprio de previdência social foram depositadas em contas específicas do Instituto de Previdência. Havendo criação de fundos específicos, os recursos estão sendo mantidos e aplicados em seus respectivos fundos.	SIM
3.2.3	Disponibilidades financeiras – RPPS – limites e condições de proteção e prudência nas aplicações	LC 101/2000, art. 43, § 1º. Lei nº 9.717/1998, art. 6, inciso IV. Resolução CMN nº 3.922/2010.	Avaliar se as aplicações financeiras dos recursos depositados nas contas específicas dos fundos de previdência observaram os limites e condições de proteção e prudência financeira de mercado e, em especial, seguindo as determinações do Conselho Monetário Nacional.	SIM
3.2.4	Disponibilidades financeiras – RPPS – vedações	LC 101/2000, art. 43, § 2º.	Avaliar se as vedações especificadas no § 2º, do artigo 43, da LRF, foram observadas, quando da aplicação das disponibilidades financeiras do regime próprio de previdência.	SIM
3.2.5	RPPS – registro contábil provisões matemáticas	LC 101/2000, art. 69. Lei 4.320/1964, art. 100. Resolução CFC nº 750/1993, arts. 6º e 10. Portaria MPS 21/2013 e correlatas.	Avaliar se o RPPS realiza escrituração contábil obedecendo as normas de contabilidade e atuária que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial.	SIM
3.2.6	Dívida ativa e	LC 101/2000, art. 11.	Avaliar se os créditos tributários	



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	demais créditos tributários – cobrança regular		não recebidos estão sendo objeto de inscrição em dívida ativa antes de sua prescrição e se a dívida ativa constituída está sendo objeto de cobrança administrativa e/ou judicial.	SIM
3.2.7	Dívida ativa e demais créditos tributários - cancelamento	CRFB/88, art. 37 c/c LC 101/2000, art. 11.	Avaliar se houve comprovação do fato motivador para o cancelamento de dívida ativa e/ou demais créditos tributários, se houve previsão legal para a prática desses atos e se o impacto econômico-financeiro não comprometeu metas de resultados previstas na LDO.	SIM
3.2.8	Cancelamento de passivos	CRFB/88, art. 37, caput. Resolução CFC nº 750/1993.	Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador.	SIM
3.2.9	Registros bens móveis e imóveis.	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens móveis e imóveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	SIM
3.2.10	Registro de bens Permanentes	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua	SIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

			guarda e administração.	
3.3 – Demais atos de Gestão				
3.3.1	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	SIM
3.3.2	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Legislação específica do órgão.	Avaliar se nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, a legislação específica está sendo observada.	SIM
3.3.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar se a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	NÃO
3.3.4	Pessoal – teto	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	SIM
3.3.5	Pessoal – subsídios	CRFB/88, art. 29, V.	Avaliar se a fixação e o pagamento dos subsídios ao Prefeito, ao Vice-prefeito e aos Secretários Municipais observaram o disposto no artigo	SIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

			29, inciso V, da CRFB/88.	
3.3.6	Segregação de funções.	CRFB/88, art. 37, caput.	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	SIM
3.3.7	Realização de despesas sem previsão em lei específica.	CRFB/88, art. 37, caput. IDEM ANTERIOR	Avaliar se houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizados por lei específica.	SIM
3.3.8	Dispensa e inexigibilidade de licitação.	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26.	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.	NÃO

4 – PARECER CONCLUSIVO:

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade da Sra. **VIVIANE SILVA DOS SANTOS**, Secretária Municipal de Montanha relativa ao exercício de 2015, com objetivo de:

I - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual e municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

II - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;

III - avaliar o cumprimento das metas previstas na lei de diretrizes orçamentárias e no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município;

Praça Osvaldo Lopes, s/nº, Centro Montanha – Espírito Santo

Fone/Fax: 027 3754-2260 / 3754-2266



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

IV - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado e dos Municípios;

Portanto, cumpre-nos destacar, mais uma vez, que nosso entendimento sobre as demonstrações contábeis, balancetes e demais documentos que demandem conhecimento técnico contábil restringiu-se a conformação da Prestação de Contas Anual referente ao exercício 2015 às normas que a regulamentam, não se constituindo em juízo de valor, o que poderia nos levar ao erro na emissão de nossa opinião, tendo em vista a ausência de habilitação profissional e competência técnica desta Unidade Central de Controle Interno para realizar tal análise de cunho contábil.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis e as demais peças que integram a prestação de contas sob exame representam *adequadamente com ressalvas* a posição orçamentária, financeira, patrimonial e de gestão fiscal, bem como, a prática de atos de gestão, no exercício a que se refere, observando-se a legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos públicos no exercício de referência da prestação de contas.

Montanha - ES, 27 de abril de 2016.

RAFAELA SANTIAGO DOS SANTOS

Controlador Interno

Praça Osvaldo Lopes, s/nº, Centro Montanha – Espírito Santo

Fone/Fax: 027 3754-2260 / 3754-2266